

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

HIV: vitórias para uns, sentença de morte para outros

Florence Anam

Foi instituído, no dia 1º de dezembro, há 30 anos, o Dia Mundial de Luta contra a AIDS, uma data observada desde os anos 80, quando o diagnóstico do HIV era uma sentença de morte e os antirretrovirais que salvam vidas eram um sonho distante. A reflexão que farei a seguir é compartilhada pelas equipes de saúde nos projetos de HIV e tuberculose da organização Médicos Sem Fronteira na África Subsaariana, em partes da Ásia e na Europa Oriental, vislumbrando um futuro incerto.

O mundo se acostumou a notícias que apresentavam a resposta ao HIV como um sucesso. Certamente, em alguns lugares, particularmente no norte global, não há como comparar a situação de hoje com 30 anos atrás. Mas, se os últimos 20 anos forem conhecidos como a "revolução do tratamento do HIV" com seus enormes avanços no acesso a fármacos e ferramentas de prevenção graças ao vigoroso financiamento internacional, do nosso ponto de vista, temos entrar na era do "retorno da AIDS". A impressão geral pode ser que o pior já passou, mas isso não é verdade.

Este ano, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) relata que 75% dos 36,9 milhões de pessoas que vivem com o HIV sabem da sua condição, em comparação com apenas dois terços (67%) em 2015, e 59% das pessoas têm acesso ao tratamento. No entanto, um lado terrível dessa narrativa positiva de sucesso está surgindo. O progresso global acerca do HIV permanece grosseiramente desigual. Existem também indícios preocupantes de que os doadores de recursos financeiros internacionais estão agora desvinculando-se da luta contra o HIV.

Quase 1.000.000 de pessoas que vivem com o HIV morreram de AIDS em 2017, apesar da ciência, ferramentas e diagnósticos disponíveis. O número global de mortes pelas consequências da infecção do vírus mal diminuiu nos últimos anos. A meta global de 150 mil mortes a menos por ano paira no horizonte como uma miragem. O número de mortes por Aids em países onde MSF trabalha continua a ser surpreendente: 17 mil mortes na República Democrática do Congo, 5,1 mil mortes na Guiné, 28 mil mortes no Quênia, 39 mil mortes no Maláui, 70 mil mortes em Moçambique e 126 mil mortes na África do Sul. Hoje, 30% a 40% das pessoas em todo o mundo que testam positivo para o HIV e iniciam o tratamento o fazem com uma contagem de CD4 alarmantemente baixa (abaixo de 200), um indicador de falha imunológica grave, e estão em risco de morte.

O que é diferente hoje em dia é que grande parte das pessoas que se apresentam nas piores fases da Aids já conhece o seu estado soropositivo, com a maioria já fazendo uso dos antirretrovirais. Nos hospitais apoiados por MSF que atendem pacientes com Aids, boa parte deles já estava em tratamento: Kinshasa (DRC) 71%, Conakry (Guiné) 62%, Homa Bay (Quênia) 60% e Nsanje (Maláui) 67% dos pacientes. Os desafios inevitáveis do tratamento diário, juntamente com os sistemas de saúde que lutam para apoiá-los adequadamente, levam a que as pessoas experimentem uma "falha no tratamento", quando interrompem o processo ou a terapêutica deixa de funcionar para eles. Na pior das hipóteses, uma proporção significativa desenvolveu resistência ao tratamento existente.

No entanto, sem o reconhecimento político de um número elevado e continuado de mortes por Aids, não veremos acontecerem ações práticas necessárias para as ajudar as pessoas que vivem com o HIV. Medidas para lidar efetivamente com a Aids "contemporânea" permanecem claramente ausentes da atual resposta ao vírus. Centros de saúde e hospitais devem ser equipados para fornecer testes rápidos e tratamento para pessoas em fases avançadas do HIV, e, uma vez recuperados, orientá-los de volta ao tratamento estável ao longo da vida, com um grupo de medicamentos de segunda e terceira linha quando necessário.

Ao mesmo tempo, observações de colegas de MSF e ativistas do HIV na África Subsaariana também indicam os primeiros sinais do impacto mortal de uma queda acentuada no financiamento internacional que afetará milhões de vidas nos próximos anos. Em países dependentes de doadores internacionais de recursos, especificamente dos antirretrovirais, um déficit de financiamento internacional para o combate ao HIV e uma redução do tratamento parecem iminentes no momento mais crucial. Enquanto os últimos 20 anos viram uma

geração de vidas salvas graças à solidariedade internacional, hoje uma nova geração corre o risco de ser perdida quando os doadores se desconectam da causa.

Sem recursos adicionais, países como a República Centro-Africana e a Guiné serão forçados a reduzir as taxas de iniciação (quando a pessoa inicia pela primeira vez o tratamento), em vez de acelerar urgentemente a ampliação necessária dos programas de HIV, ao mesmo tempo que enfrentam déficits de financiamento do Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária nas suas alocações de 2018-2020.

Muito tem sido dito recentemente sobre a importância do teste de HIV, mas ele não pode ser visto isoladamente do atual contexto de financiamento. Sem recursos para garantir o impulsionamento e apoio ao tratamento de pessoas com HIV, o conhecimento do estado soropositivo é um verdadeiro dilema. As pessoas que testam positivo para o vírus devem ter acesso ao tratamento, dentro dos sistemas de saúde ou postos comunitários com suporte para dar o atendimento. Sem compromisso político e financiamento contínuo, não haverá aumento de testes e tratamento - nem redução de mortes relacionadas à Aids.

O Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, celebrado neste mês, é sobre solidariedade internacional com pessoas que continuam a lutar pela sobrevivência, numa batalha contra barreiras de negligência e discriminação. Estas são as pessoas e pacientes que precisam da nossa atenção. O Dia Mundial de Luta Contra a Aids 2018 é sobre eles, aqueles que continuam a morrer na sombra do sucesso.

Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

01. O texto, de forma predominante,

- A) defende um ponto de vista acerca dos rumos tomados pelas políticas de combate à disseminação do vírus HIV.
- B) descreve a realidade de países onde as políticas de combate ao HIV não têm logrado muito sucesso.
- C) narra a trajetória da organização Médicos Sem Fronteira na execução de políticas de combate ao HIV em países pobres.
- D) expõe uma visão consensual acerca da gestão das políticas de combate à disseminação do vírus HIV em países pobres.

02. No terceiro parágrafo, há

- A) citação indireta, em que a informação da fonte citada é transcrita literalmente.
- B) citação direta, em que a informação da fonte citada é parafraseada.
- C) citação direta, em que a informação da fonte citada é transcrita literalmente.
- D) citação indireta, em que a informação da fonte citada é parafraseada.

03. Os parágrafos 5 e 6 estão interligados por elemento coesivo que assinala

- A) acréscimo de informação e estabelece uma relação de conclusão entre eles.
- B) retomada de informação e estabelece uma relação de explicação entre eles.
- C) acréscimo de informação e estabelece uma relação de contraposição entre eles.
- D) retomada de informação e estabelece uma relação de concessão entre eles.

04. No trecho a seguir

Sem recursos adicionais, países como a República **Centro-Africana** e a Guiné serão forçados a reduzir as taxas de iniciação [...]

Considerando-se as normatizações atuais da ortografia oficial da língua portuguesa, a palavra em destaque recebe hífen pela mesma orientação normativa de

- A) anti-inflamatório.
- B) médico-cirurgião.
- C) pós-graduação.
- D) João-de-barro.

05. Considere os trechos reproduzidos a seguir

(1) **Existem** também indícios preocupantes de que os doadores de recursos financeiros internacionais estão agora desvinculando-se da luta contra o HIV.

(2) Sem compromisso político e financiamento contínuo, não **haverá** aumento de testes e tratamento - nem redução de mortes relacionadas à Aids.

Mantendo-se a mesma estrutura dos trechos 1 e 2 e permutando-se as formas verbais em destaque, é correto afirmar, considerando-se a orientação gramatical normativa do português, que

- A) o verbo “existir” continuará flexionado no plural e o verbo “haver” permanecerá no singular.
- B) o verbo “existir” será flexionado no singular e o verbo “haver” permanecerá no singular.
- C) o verbo “existir” será flexionado no singular e o verbo “haver” será flexionado no plural.
- D) o verbo “existir” continuará flexionado no plural e o verbo “haver” será flexionado no plural.

06. Considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa e a coerência da informação produzida, é possível a substituição da vírgula pelo ponto final em:

- A) Muito tem sido dito recentemente sobre a importância do teste de HIV, mas ele não pode ser visto isoladamente do atual contexto de financiamento.
- B) Enquanto os últimos 20 anos viram uma geração de vidas salvas graças à solidariedade internacional, hoje uma nova geração corre o risco de ser perdida quando os doadores se desconectam da causa.
- C) Sem recursos para garantir o impulsionamento e apoio ao tratamento de pessoas com HIV, o conhecimento do estado soropositivo é um verdadeiro dilema.
- D) Sem compromisso político e financiamento contínuo, não haverá aumento de testes e tratamento - nem redução de mortes relacionadas à Aids.

07. São gêneros textuais que apresentam a mesma sequência textual dominante no texto desta prova:

- A) o conto e a crônica.
- B) a resenha e a notícia.
- C) a carta aberta e o relatório de atividade acadêmica.
- D) o editorial e a carta argumentativa.

08. Há palavra em que o acento gráfico indica flexão de número em

- A) Em países dependentes de doadores internacionais de recursos, especificamente dos antirretrovirais, um déficit de financiamento internacional para o combate ao HIV e uma redução do tratamento parecem iminentes no momento mais crucial.
- B) No entanto, sem o reconhecimento político de um número elevado e continuado de mortes por Aids, não veremos acontecerem ações práticas necessárias para as ajudar as pessoas que vivem com o HIV.
- C) Foi instituído, no dia 1º de dezembro, há 30 anos, o Dia Mundial de Luta contra a AIDS, uma data observada desde os anos 80, quando o diagnóstico do HIV era uma sentença de morte e os antirretrovirais que salvam vidas eram um sonho distante.
- D) Este ano, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) relata que 75% dos 36,9 milhões de pessoas que vivem com o HIV sabem da sua condição, em comparação com apenas dois terços (67%) em 2015, e 59% das pessoas têm acesso ao tratamento.

09. Considere o período

O mundo se acostumou a notícias que apresentavam a resposta ao HIV como um sucesso.

Esse período é composto por

- A) subordinação, em que a segunda oração exerce função adjetiva, de caráter restritivo, em relação à primeira.
- B) subordinação, em que a segunda oração exerce função adjetiva, de caráter explicativo, em relação à primeira.
- C) coordenação, em que a segunda oração exerce função adjetiva, de caráter restritivo, em relação à primeira.
- D) coordenação, em que a segunda oração exerce função adjetiva, de caráter explicativo, em relação à primeira.

10. No período

Hoje, 30% a 40% das pessoas em todo o mundo que testam positivo para o HIV e iniciam o tratamento o fazem com uma contagem de CD4 alarmantemente baixa (abaixo de 200), um indicador de falha imunológica grave, e estão em risco de morte.

O elemento linguístico em destaque

- A) acrescenta informação e assume posição de ênclise em relação ao verbo.
- B) retoma informação e assume posição de próclise em relação ao verbo.
- C) acrescenta informação e assume posição de próclise em relação ao verbo.
- D) retoma informação e assume posição de ênclise em relação ao verbo.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÓGICA

11. Ao analisar a afirmação “Não é verdade que, se João mora em Caicó, então José mora em Cruzeta”, conclui-se que ela é logicamente equivalente à afirmação:
- A) “Não é verdade que João não mora em Caicó ou José não mora em Cruzeta”.
 - B) “É verdade que João mora em Caicó ou José mora em Cruzeta”.
 - C) “Não é verdade que João não mora em Caicó ou José mora em Cruzeta”.
 - D) “É verdade que João mora em Caicó e José mora em Cruzeta”.
12. Um candidato a um concurso organiza seu material para levar no dia da prova. Ele possui 13 canetas, sendo 7 azuis e 6 pretas. Se, por segurança, ele pretende levar seis canetas para o concurso, sendo duas pretas, o número de maneiras que ele pode selecionar essas canetas são
- A) $A_{6,2} \cdot A_{7,4}$.
 - B) $C_{6,2} \cdot C_{10,4}$.
 - C) $A_{6,2} \cdot A_{10,4}$.
 - D) $C_{6,2} \cdot C_{7,4}$.
13. Maria e Joana estão participando de uma competição em que a probabilidade de pelo menos uma delas ser vitoriosa é de 90%. Se a probabilidade de Maria vencer a competição é de 60%, a probabilidade de Joana ser a vitoriosa é de
- A) 65%.
 - B) 70%.
 - C) 75%.
 - D) 80%.
14. Suponha que as prefeituras das cidades XIS, IPSILON e ZÊ possuem um veículo cada uma, de modelos diferentes. Considere que os modelos de veículos que essas prefeituras possuem são: caminhonete, sedã ou *hatch* e que somente uma das afirmativas a seguir é verdadeira:

I	O veículo da prefeitura XIS é uma caminhonete.
II	O veículo da prefeitura IPSILON não é uma caminhonete.
III	O veículo da prefeitura ZÊ não é um sedã.

Sendo assim, os modelos dos veículos das prefeituras XIS, IPSILON e ZÊ são, respectivamente,

- A) sedã, *hatch* e caminhonete.
- B) sedã, caminhonete e *hatch*.
- C) *hatch*, sedã e caminhonete.
- D) *hatch*, caminhonete e sedã.

15. Os termos da sequência (7, 21, 43, 73,...) foram obtidos segundo uma lei de formação. De acordo com essa lei, o valor do 7º termo subtraído do 6º termo dessa sequência é igual a

- A) 46.
- B) 38.
- C) 54.
- D) 62.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA - ASSISTENTE SOCIAL

16. A gratuidade nas viagens interestaduais de ônibus foi regulamentada em 2006, fazendo parte da Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso. Tendo conhecimento desse direito, a Sra. Ana Maria, de 66 (sessenta e seis) anos de idade, aposentada, com renda mensal de R\$ 1.830,00 (Um mil, oitocentos e trinta reais), que reside em Natal-RN e pretende visitar parentes em Salvador- BA, dirigiu-se à empresa de transporte para marcar o seu bilhete de viagem. No entanto, foi informada de que as duas vagas gratuitas reservadas para pessoas idosas, no horário e data em que ela desejava embarcar, já estavam ocupadas. Diante da situação relatada, o Estatuto do Idoso prevê que
- A) caberá o direito ao desconto mínimo de cinquenta por cento do valor da passagem para os demais assentos do veículo.
 - B) ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos.
 - C) competirá aos órgãos competentes assegurarem ao idoso a prioridade nos procedimentos de embarque e desembarque.
 - D) caberá à empresa de transporte definir os mecanismos e os critérios para garantir os direitos aos idosos que excederem as vagas gratuitas.
17. Para a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742/93, atualizada pela Lei 12.435/2011, são consideradas “entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos” (Art. 3º - LOAS). E para o funcionamento de tais entidades e organizações, o Art. 9º, da referida lei, define que dependerá de prévia inscrição no respectivo
- A) Conselho Estadual de Assistência Social ou nas entidades não governamentais, conforme o caso.
 - B) Conselho Federal de Assistência Social ou nas entidades governamentais, conforme o caso.
 - C) Conselho Nacional de Assistência Social ou no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme o caso.
 - D) Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.
18. De acordo com a Norma Operacional Básica (NOB) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - NOB/SUAS- 2012, para operacionalização e gestão tanto da proteção social básica quanto da proteção social especial, toma-se como unidade de medida a família, ou seja, a “família referenciada”, a qual é definida como aquela que vive em áreas caracterizadas
- A) em razão do desenvolvimento da qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive.
 - B) como de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos.
 - C) como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos pelo órgão federal, pactuados e deliberados.
 - D) segundo o reconhecimento da situação local e vulnerabilidades sociais a serem combatidas e erradicadas.

19. Uma das mais importantes ações de enfrentamento ao trabalho infantil, no país, é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o PETI é um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que compreende
- A) a defesa e a responsabilização.
 - B) o trabalho social com famílias.
 - C) a proteção social.
 - D) o processo de identificação de crianças e de adolescentes.
20. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Autarquia pública federal que, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), tem como atribuição orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil. De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993, é de competência do CFESS, na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício da seguinte atribuição:
- A) expedir carteiras profissionais de assistentes sociais.
 - B) estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
 - C) zelar pela observância do Código de Ética Profissional.
 - D) aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional.
21. O atual projeto de formação profissional em Serviço Social demarca a necessidade de uma formação competente técnica, teórica e eticamente, entendidas como indissociáveis entre si. Nesse contexto, Iamamoto (1998), no seu livro "Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional", aponta para a necessidade de romper com a visão endógena e focalista do Serviço Social, uma visão de dentro do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos" (p.20). Assim, quando o(a) assistente social privilegia a eficiência técnica, de forma isolada, correm o risco de cair na armadilha do
- A) politicismo.
 - B) teoricismo.
 - C) praticismo.
 - D) tecnicismo.
22. Netto (2012), em seu texto "**cinco notas a propósito da questão social**", afirma que a "questão social" é produzida compulsoriamente pelo capitalismo em seus diferentes estágios e que, em cada estágio, se produz diferentes manifestações da "questão social". Em relação a esse fenômeno, resultante da contradição entre capital e trabalho, é correto afirmar que
- A) apesar de estar totalmente associada à estrutura socioeconômica estabelecida, pode ser enfrentada com programas estatais que resguardem a propriedade privada e os meios de produção.
 - B) diante dos ideários liberais que defendem a intervenção estatal no mercado e nas políticas sociais, o Estado, diante da "questão social" apresenta-se com a capacidade de controlar o modelo econômico e produzir igualdade social.
 - C) desde sua gênese até os dias atuais a "questão social" não tem sido tratada em sua totalidade, apenas se interfere nas suas refrações com o intuito de amenizar seus efeitos deletérios.
 - D) desvinculada à forma de organização da sociedade capitalista, promove tanto o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, como também aprofunda as relações de desigualdade, miséria e pobreza.

23. O exercício profissional do Serviço Social, referenciado no seu projeto ético-político, crítico e progressista, choca-se, cotidianamente, com a condição de trabalhador assalariado, a qual se encontram submetidos os(as) assistentes sociais. Isso demonstra a limitação posta ao exercício pleno da autonomia desses(as) profissionais, pois, apesar de desfrutarem do estatuto de profissional liberal, os(as) assistentes sociais
- A) são desprovidos de todas as condições necessárias para exercer suas atividades, já que é a instituição que garante as condições de trabalho e estabelece toda a dinâmica da relação trabalhista.
 - B) perdem de vista, pela falta de reflexão sobre suas ações, a finalidade do seu trabalho e a quem este se destina, tratando de maneira desarticulada as dimensões da prática profissional.
 - C) são trabalhadores assalariados prescindíveis na participação de produção e redistribuição da riqueza social através das políticas públicas.
 - D) demonstram a limitação posta ao exercício da sua autonomia e colocam os inúmeros dilemas para superar a contradição entre sua referência para atuação e sua condição de trabalhador assalariado.
24. O exercício profissional do (a) assistente social é orientado pelo projeto ético e político do Serviço Social-PPSS. Resultado de um “processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria” (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO), esse projeto de profissão e de formação profissional, que tem como pano de fundo um projeto societário, radicalmente democrático, apresenta como um de seus componentes materializadores a
- A) dimensão jurídico-política, na qual se encontra disposto o conjunto de leis, resoluções, documentos políticos e normativos aprovados e recomendados para aplicação, sejam estes exclusivos ou subsidiários da profissão.
 - B) dimensão político-organizativa da profissão, na qual estão sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, além de apresentar os processos reflexivos do fazer profissional.
 - C) dimensão da produção do conhecimento de Serviço Social, na qual podem ser conformadas, reformuladas e reafirmadas as características gerais do projeto de formação profissional.
 - D) dimensão ético-política, na qual são sistematizados os diversos componentes teóricos técnicos e éticos que buscam constantemente uma direção para o fazer profissional.
25. Está prevista, no capítulo V do atual Código de Ética Profissional do(a) assistente social (1993), que trata diretamente do sigilo profissional, a guarda de informações obtidas em razão do exercício profissional, de tudo aquilo que foi confiado a esse profissional como sigilo. De acordo com o referido Código de Ética, a quebra do sigilo só é admissível ao (à) assistente social quando
- A) houver convocação, pela justiça ou autoridade competente, em que esse profissional atue na qualidade de perito ou testemunha, para apresentar conclusões de laudo ou de depoimento.
 - B) houver autorização para que esse profissional deponha como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional.
 - C) feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.
 - D) se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízos aos interesses do usuário, de terceiros ou da coletividade.

26. O planejamento em instrumentos normativos e legislações específicas do Serviço Social constitui-se em uma atribuição e uma competência no exercício profissional do/a assistente social nas diferentes esferas de atuação, seja pública, privada ou terceiro setor. No que se refere ao planejamento participativo, no âmbito do Serviço social é correto afirmar que
- A) foi inicialmente desenvolvido para o setor privado; no entanto passou a ser incorporado e operacionalizado no setor público também.
 - B) é o elo de articulação entre a gestão e a política de intervenção, uma vez que explicita os meios e o modo pelos quais serão colocadas em prática as ações.
 - C) é possível perceber uma vinculação entre o que propõe o planejamento participativo e o projeto ético-político profissional do Serviço Social.
 - D) deve ser apropriado, como instrumental, a constituir-se num conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional do Serviço Social.
27. As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) são modalidades de serviços que englobam as redes de assistência ao idoso. De acordo a legislação pertinente, as ILPIs seriam destinados apenas àqueles idosos dependentes e sem vínculos familiares (Brasil, 1994). No entanto, na atualidade, o que é possível observar é que as famílias depositam nessas instituições a responsabilidade maior de cuidado de seus parentes. Nesse contexto e de acordo com o artigo 4º, da Lei Nº 8.842/94, que regulamenta a Política Nacional do Idoso, é correto afirmar que
- A) é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de igualdade.
 - B) prioriza o atendimento ao idoso através da própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto aos que não possuam, ou careçam de condições de manutenção de sua própria sobrevivência.
 - C) nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma desta lei.
 - D) a modalidade asilar é o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência, de modo a satisfazer suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.
28. O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social em vigor é organizado por meio de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, ofertando seus objetivos ético-políticos, e, também parâmetros para atuação do assistente social no cotidiano profissional (BARROCO; TERRA, 2012). Esse Código destaca, como valor central de caráter humano-genérico que norteia a prática profissional do/a assistente social,
- A) a justiça social.
 - B) a democracia.
 - C) a cidadania.
 - D) a emancipação.

29. Tendo como fundamento o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que é regulamentado pela LEI Nº 8.069, de 1990 e com atualizações pela LEI Nº 13.257, de 2016, analise as hipotéticas situações, abaixo:

Marília, de 9 anos, era espancada todos os dias pela madrasta, sem que o pai tivesse conhecimento. Os pais de Jonas, de 1 ano, fugiram e o deixaram com os vizinhos. Carla, de 6 anos, era agredida pela mãe que não tinha paciência de ensinar o dever de casa. Histórias como essas chegam todos os dias aos Conselhos Tutelares do Brasil inteiro. São retratos de uma realidade do país, onde a negligência, o abandono e a agressão física são as principais formas de violência contra crianças e adolescentes. Essa violência, na maioria das vezes, é praticada pelos próprios pais ou responsáveis. Considerando esses hipotéticos casos relatados e analisando-os à luz do artigo 129 do ECA, a opção que apresenta uma das medidas aplicáveis aos pais ou responsável é:

- A) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
 - B) encaminhamento à programa oficial ou comunitário de proteção à família.
 - C) orientação e apoio sociofamiliar.
 - D) atendimento personalizado e em pequenos grupos.
30. É notório que, nos diferentes contextos sócio-ocupacionais, o(a) assistente social é requisitado para elaborar, operacionalizar e avaliar planos, programas e projetos, meios pelos quais o planejamento se materializa nas mais variadas áreas e setores. Diante de tal requisição, o(a) assistente social explicita e manifesta as três dimensões que constituem o seu fazer profissional: a dimensão técnico-operativa, a teórico-metodológica e a ético-política. Isso quer dizer que, na operacionalização dos planos, programas e projetos, esse(a) profissional explicita o referencial teórico-metodológico adotado na elaboração desse instrumentos, o que determina
- A) a competência requerida do/a profissional na atuação nas políticas públicas.
 - B) o conjunto de conhecimentos constitutivos do exercício profissional.
 - C) a opção ético-política assumida pelo/a profissional.
 - D) a autonomia e a competência do/a profissional de tomar decisões.